Interno deste Tribunal, promovida pelo Ato nº 85, de 20 de outubro de 2022, pelo qual foi modificado o inciso IV do referido dispositivo, retirando a Tecnologia da Informação enquanto atividade a ser coordenada por Conselheiro designado;

CONSIDERANDO as deliberações dos membros do CDTI aprovadas a unanimidade em reunião ordinária realizada em 10/11/2022 e constante da Ata nº 4/2022, em observância ao que dispõe o inciso III, do art. 9º, da RESOLUÇÃO nº 18.855, de 01/12/2016;

CONSIDERANDO as sugestões e emendas apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luis da Cunha Teixeira;

CONSIDERANDO, finalmente, a manifestação da Excelentíssima Senhora Conselheira Presidente, constante da ata nº 5.865, desta data, RESOLVE unanimemente:

Art. 1º Os arts. 7º e 8º da RESOLUÇÃO nº 18.855, de 1º de dezembro de 2016, instituidora do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CTDI) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º

.....

II - o chefe de gabinete da Presidência; (NR)

III - o Secretário de Tecnologia da Informação, que o coordenará; (NR)

.....

§3º Para cada um dos membros do CDTI haverá um suplente, o qual será o respectivo subsecretário nas hipóteses dos incisos III, VIII, IX, X e XI e nos demais casos serão indicados pelo respectivo membro. (NR)

.....

§7º Nas ausências do Coordenador do CDTI, a coordenação do Comitê caberá ao seu respectivo suplente. (NR)"

"Art. 8º

.....

§2º As deliberações do CDTI serão tomadas por maioria simples, observado o quórum mínimo de 04 (quatro) participantes que possuam direito a voto. (NR)

§3º Nas deliberações do CDTI, terão direito a voto apenas os membros titulares a que se referem os incisos II, III, VII, VIII, IX, X e XI do art. 7º desta RESOLUÇÃO ou os seus respectivos suplentes. (NR)"

Art. 2º Ficam revogados o inciso I e os §§ 2º, 4º, 5º e 6º do Art. 7º da RESOLUÇÃO nº 18.855, de 01 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Conselheiro Emílio Martins", em Sessão Ordinária de 29 de novembro de 2022.

RESOLUÇÃO Nº 18.855 (*)

(Processo nº 2016/51457-9)

COM ALTERAÇÕES PROCESSADAS PELA RESOLUÇÃO Nº19.464 DE 29.11.2022

Institui o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando que este Tribunal depende cada vez mais da Tecnologia da Informação (TI) para a realização de seus trabalhos, e que esse uso crescente da TI precisa ser adequadamente avaliado, dirigido e monitorado por mecanismos de governança para assegurar que a TI contribua, de forma eficaz e eficiente, para o alcance das metas estratégicas organizacionais, em consonância com as boas práticas de governança de TI preconizadas pela norma técnica ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009, pelo COBIT 5 e por outros modelos de excelência reconhecidos internacionalmente;

Considerando as deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU) constantes dos Acórdãos 1.603/2008 (itens 9.1.1 e 9.4.1), 2.746/2010 (item 9.1.2), 2.938/2010 (item 9.1.4), 111/2011 (item 9.2.2), 866/2011 (item 9.2.1), 2.613/2011 (item 9.1.3), 1.233/2012 (itens 9.2.1, 9.11.1 e 9.15.3) e 1.015/2014 (item 9.1.9), todos do Plenário do TCU, que fomentam o estabelecimento e/ou o aperfeiçoamento de comitês de TI nos entes públicos federais e, desse modo, demonstram o quanto essa estrutura organizacional é importante para viabilizar a governança de TI no setor público;

Considerando que a criação dessa estrutura organizacional está prevista na ação 39 do Plano de Gestão 2015-2017 deste Tribunal, que trata da implantação do Sistema de Governança de TI;

Considerando que implantar mecanismos de governança de TI, a exemplo deste Comitê Diretivo, é uma previsão do Plano Estratégico 2016-2021 deste Tribunal expressa no glossário do objetivo estratégico "Desenvolver a governança, a gestão e o uso da Tecnologia da Informação (TI)";

Considerando a relevância de se atender ao Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), manual de dezembro de 2014, no que se refere ao critério constante da dimensão (ii) do indicador QATC-7 do domínio C, qual seja, "O Tribunal possui: a) Comitê de TI";

Considerando que o art. 19 do Regimento Interno deste Tribunal elenca a atividade de Tecnologia da Informação a ser coordenada por um Conselheiro, e que há necessidade de se estabelecer normas relativas à atuação dessa Coordenadoria a fim de dar cumprimento ao disposto no parágrafo 1º desse dispositivo regimental;

RESOLVE unanimemente,

Art. 1º Instituir, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI), órgão colegiado de caráter permanente, com responsabilidades de cunho tático e predominantemente estratégico, que tem por finalidade:

I - assegurar que as decisões relativas à TI considerem as necessidades, condições e opções das partes interessadas, estejam alinhadas à estratégia organizacional e sejam tomadas de forma ampla e participativa, sob um arcabouço de transparência; e

II - auxiliar o Presidente do TCE-PA e demais instâncias tomadoras de decisão nas atividades de avaliar, dirigir e monitorar a gestão e o uso da TI no Tribunal.

Art. 2º Ao decidir pela instituição do CDTI, o Plenário do TCE-PA também considerou:

I - os entendimentos da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU (Sefti) constantes dos itens 37 a 44 da Nota Técnica 7/2014 - Sefti/TCU - versão 2.8, que reforçam a relevância do comitê de TI para a governança de TI nas instituições públicas;

II - que a instituição do CDTI provoca, de imediato, um incremento no valor do índice de aderência às melhores práticas de governança de TI (indicador constante do Plano Estratégico 2016-2021 deste Tribunal, calculado de acordo com o modelo iGovTI2014 do TCU), e que o CDTI é importante mecanismo para o alcance de novas melhorias na pontuação desse índice;

III - como referência o art. 12 da RESOLUÇÃO nº 90/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina aos Tribunais do Poder Judiciário a constituição de comitê ou comissão responsável por orientar as ações e investimentos em TIC (tecnologia da informação e comunicação), e que a composição de tal comitê ou comissão seja multidisciplinar;

IV - como referência os parágrafos 1º, 4º, 6º e 7º do art. 4º da Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), que demonstram a importância do comitê de TI para a aprovação do Plano Diretor de TI (PDTI) e para o planejamento das contratações de soluções de TI, no âmbito do Poder Executivo federal;

V - como referência a iniciativa estratégica 12 da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do SISP (EGTI) de 2011-2012, e o projeto 3.1.1 da iniciativa estratégica 3.1 da EGTI de 2013-2015, que preveem a criação de comitês de TI para todos os órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal;

VI - como referência as orientações contidas no Guia de Comitê de TI do SISP, versão 2.0 - 2013, que visam facilitar a implantação do comitê de TI e o seu pleno funcionamento nos órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal; e

VII - como referência a RESOLUÇÃO-TCU nº 247/2011 que, em seu art. 10, instituiu o comitê de TI do Tribunal de Contas da União, e a PORTARIA-TCU nº 114/2015 que regulamentou o funcionamento do aludido comitê.

Art. 3º Para os efeitos desta RESOLUÇÃO, são adotadas as seguintes definições:

I - Tecnologia da Informação (TI): hardware (equipamentos), software (programas de computador), comunicação e outros recursos usados para a obtenção, o armazenamento, o processamento, a transmissão, a proteção e a produção de informações, a fim de apoiar os processos de negócio da organização. Este termo também inclui "Tecnologia da Comunicação (TC) e o termo composto de "Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)";

II - Governança de TI: conjunto de mecanismos como princípios, diretrizes, estruturas organizacionais e processos que visam a assegurar que as decisões e ações relativas à gestão e ao uso da TI mantenham-se alinhadas às necessidades institucionais e contribuam para o cumprimento da missão e o alcance das metas organizacionais;

III - Gestão ou gerenciamento de TI: conjunto de processos realizados pelas unidades provedoras de TI, visando ao planejamento e à realização das atividades necessárias ao provimento ou entrega de soluções e serviços de TI, em consonância com a direção definida pela governança de TI, a fim de atingir os objetivos estratégicos da organização;

IV - Uso da TI: planejamento, projeto, desenvolvimento, distribuição, operação, gerenciamento e aplicação da TI para atender às necessidades institucionais, incluindo tanto a demanda como o fornecimento de soluções e serviços de TI pelas unidades provedoras ou fornecedores externos;

V - Boas práticas: atividades ou processos que representem o consenso de especialistas, e que foram provados usados com sucesso por diversas organizações;

VI - ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009: norma técnica brasileira que trata da governança corporativa de TI, estabelecendo princípios para orientar os dirigentes das organizações sobre o uso eficaz, eficiente e aceitável da TI;

VII - COBIT 5: modelo corporativo para governança e gestão de TI, genérico e útil para organizações de todos os portes, sejam comerciais, sem fins lucrativos ou públicas, reconhecido internacionalmente e mantido pelo ISACA - uma associação profissional internacional focada em governança de TI;

VIII - Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC): instrumento de avaliação que tem como objetivo verificar o desempenho dos Tribunais de Contas em comparação com as boas práticas internacionais e diretrizes estabelecidas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon, assim como identificar os seus pontos fortes e fracos;

IX - SISP (Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação): sistema do Poder Executivo federal instituído por meio do Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, que tem por objetivo o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal;

X - EGTI (Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do SISP): instrumento base para que os órgãos integrantes do SISP elaborem os seus Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTI), visando ao aprimoramento institucional e à maturidade da governança de TI nesses órgãos.

XI - Solução de TI: conjunto formado por elementos de tecnologia da informação e processos de trabalho que se integram para produzir resultados que atendam às necessidades do Tribunal;

XII - Unidade demandante de solução de TI (unidade demandante): unidade organizacional do Tribunal que solicita uma solução de TI;

XIII - Unidade gestora de solução de TI (unidade gestora): unidade organizacional do Tribunal responsável pela definição de processos de trabalho, requisitos, regras de negócio e níveis de serviço aplicáveis a uma solução de TI;

XIV - Requisitos da solução de TI (requisitos): capacidades ou característi-